

Bruxelas, 14 de novembro de 2024
(OR. en)

15497/24

COH 65

NOTA

de:	Presidência
para:	Comité de Representantes Permanentes/Conselho
Assunto:	Reforçar os principais trunfos da política de coesão: como melhorar a gestão partilhada dos fundos de coesão no futuro, em conformidade com o princípio da subsidiariedade? – Debate de orientação

Na próxima reunião do Conselho dos Assuntos Gerais, de 28 de novembro, que será dedicada à política de coesão, convidam-se os ministros responsáveis pela política de coesão a debater o tema «Reforçar os principais trunfos da política de coesão: como melhorar a gestão partilhada dos fundos de coesão, em conformidade com o princípio da subsidiariedade no futuro?» com base no documento da Presidência que consta do anexo da presente nota.

Documento de referência

para a reunião do Conselho dos Assuntos Gerais dedicada à política de coesão

«Reforçar os principais trunfos da política de coesão: como melhorar a gestão partilhada dos fundos de coesão no futuro, em conformidade com o princípio da subsidiariedade?»

A política de coesão da UE está prevista no Tratado como «vital para o pleno desenvolvimento e o sucesso duradouro da União» e provou ser um motor crucial do crescimento económico, da convergência, da competitividade e da integração.

A política de coesão baseou-se nos princípios da parceria, da subsidiariedade, da governação a vários níveis e da gestão partilhada, o que permite aos Estados-Membros e às regiões participar ativamente na execução da política, reforçando simultaneamente a responsabilização a vários níveis de governação.

A gestão partilhada capacita os Estados-Membros e as regiões, dando-lhes voz no planeamento e na programação das políticas da UE, não apenas em termos da sua gestão e execução, e, por conseguinte, reforça o seu sentimento de apropriação dos projetos e promove a participação das comunidades. Esta abordagem regional inclusiva possibilita respostas adaptadas a desafios e prioridades locais específicos, permitindo que as ações da UE sejam mais diretamente relevantes para as comunidades que serve.

Durante os debates sobre o futuro da política de coesão, muitos Estados-Membros e as instituições da UE afirmaram repetidamente a necessidade de manter o modo de gestão partilhada como elemento central da referida política. No seu parecer sobre esta matéria¹, o Comité das Regiões defende firmemente que o modelo de gestão partilhada, a governação a vários níveis e o princípio de parceria continuam a ser os princípios orientadores da política de coesão pós-2027, salientando ao mesmo tempo que a participação dos intervenientes locais e regionais é essencial para a eficácia da política. A política de coesão, tal como salientado no relatório do Grupo de Alto Nível sobre o Futuro da Política de Coesão², é única na UE devido à sua abordagem de base local, que envolve ativamente um leque diversificado de partes interessadas, alinhando-a com o princípio da parceria. Este método participativo é essencial para dar resposta às necessidades territoriais, reconhecer oportunidades e reforçar o êxito dos projetos de coesão europeus.

Além disso, o Comité Económico e Social Europeu (CESE)³ salientou que os fundos nacionais e da UE executados em regime de gestão partilhada exigem regras claras e simples num único regulamento. O CESE conclui que os esforços de simplificação são particularmente importantes para garantir que o quadro de gestão partilhada seja viável para as regiões com capacidade administrativa limitada.

Recentemente, a criação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) proporcionou um elemento de comparação com a política de coesão devido à execução paralela e à sobreposição de domínios de apoio. O MRR ilustra um modelo de execução alternativo, embora sem o mesmo grau de participação regional dos fundos da política de coesão. Ao contrário dos fundos da política de coesão, o MRR não exige uma governação a vários níveis nem uma participação sólida dos órgãos de poder infranacional, como o Tribunal de Contas Europeu descreve na sua análise de 2023⁴.

¹ «O futuro da política de coesão após 2027», parecer do Comité das Regiões Europeu, adotado em 29 de novembro de 2023.

² «Construir um futuro sustentável juntos: Coesão para uma Europa competitiva e inclusiva», Relatório do Grupo de Alto Nível sobre o Futuro da Política de Coesão, fevereiro de 2024.

³ «Mecanismo de Recuperação e Resiliência e política de coesão: rumo à política de coesão 2.0» Parecer do Comité Económico e Social Europeu, adotado em 20 de setembro de 2023.

⁴ Documento de análise 01/2023: Financiamento da UE através da política de coesão e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência: uma análise comparativa.

Além disso, a chamada abordagem baseada no desempenho do MRR constitui mais um elemento para reflexão sobre o futuro da política de coesão. No entanto, os elementos relativos ao desempenho sempre estiveram presentes na política de coesão, especialmente desde a sua renovação no sentido da orientação para os resultados, na sequência do relatório de Fabrizio Barca⁵. Embora os acordos de parceria estabeleçam a orientação estratégica a longo prazo dos fundos, os programas dão resposta às recomendações específicas por país pertinentes, bem como às estratégias nacionais ou regionais, avaliam o cumprimento das condições habilitadoras horizontais e temáticas, bem como definem indicadores comuns e agregáveis, assegurando a monitorização dos resultados da política a nível da UE de forma transparente. Além disso, na política recorreu-se amplamente ao requisito de avaliações e, também com base nos seus resultados, a métodos de reembolso simplificados, tais como opções de custos simplificados e financiamento não associado aos custos.

À medida que a UE se prepara para debater a estrutura do futuro orçamento, incluindo a política de coesão, está também a ser abordada a importância da modalidade de gestão partilhada na execução da política. De acordo com as orientações políticas para a próxima Comissão Europeia, delineadas pela presidente eleita da Comissão Europeia, o novo orçamento de longo prazo deverá ser «mais simples no seu modo de funcionamento — com menos programas e um plano para cada país que associe as principais reformas ao investimento». No entanto, tal poderá implicar uma transição da atual gestão partilhada para uma gestão mais centralizada dos instrumentos da UE, incluindo os fundos da política de coesão, o que conduzirá a uma reestruturação dos diferentes domínios da gestão partilhada (programação, gestão e controlo), com implicações potencialmente significativas para a subsidiariedade, a apropriação e a parceria.

A Presidência húngara argumenta que preservar as atuais características da gestão partilhada da política de coesão da UE significa também preservar os valores fundamentais dessa política. Por conseguinte, devemos também analisar a forma como estes valores podem ser reforçados após 2027, para que a política de coesão continue a ser um instrumento eficaz para promover o desenvolvimento, capacitar os intervenientes locais e construir uma Europa mais forte, mais competitiva e mais integrada.

⁵ Uma Agenda para uma Política de Coesão Reformada: Uma abordagem de base local para responder aos desafios e expectativas da União Europeia. Relatório independente elaborado a pedido de Danuta Hübner, comissária da Política Regional, por Fabrizio Barca, abril de 2009.

Tendo em conta os pontos acima referidos, a Presidência convida os ministros a debater a seguinte questão:

Como melhorar a gestão partilhada dos fundos de coesão no futuro, em conformidade com o princípio da subsidiariedade?
